

NÃO NOS REPRESENTA!**IMANÊNCIA E TRANSCENDÊNCIA NA ONTOLOGIA POLÍTICA DO
OCUPA RIO**

DON'T REPRESENT US!

IMMANENCE AND TRANSCENDENCE IN THE POLITICAL ONTOLOGY OF OCCUPY
RIO*Caio Pereira Lobato**

Cite este artigo: LOBATO, Caio Pereira. Não nos representa. Imanência e transcendência na ontologia política do Ocupa Rio. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.136-156, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013

Resumo: O presente artigo articula uma interpretação da teia de significados que permeia a cosmologia política interna ao Ocupa Rio – movimento carioca de organização pré-figurativa iniciado na esteira do Occupy e dos Indignados espanhóis. Partindo deste contexto, analisa a proposta inerente ao movimento de uma política para além da tríade de relação comando-obediência, coerção e representatividade. Assim, descreve e caracteriza duas tendências político-ontológicas, uma para a transcendência – imbricada em ideias como representatividade, soberania, verticalidade, votação majoritária e demandas – e outra voltada para imanência – se contrapondo através de “democracia real”, autonomia, horizontalidade, consenso e ação direta. Baseia-se em experiências fornecidas por observação participante e materiais produzidos pelo próprio movimento.

Palavras-chave: Imanência política, representatividade, movimentos sem liderança formal, Occupy, Antropologia

Abstract: The present article articulates an interpretation of the web of meanings that permeate the political cosmology internal to the Ocupa Rio – movement of prefigurative organization initiated on the wake of Occupy and Spanish Indignados. From this context, it analyzes the proposal inherent to the movement of politics beyond the commandment-obedience relation, coercion and representation triad. It describes and characterizes two political-ontological tendencies, one towards transcendence – imbricated in ideas such as representativeness, sovereignty, verticality, majoritarian election and demands - and the other apropos immanence – opposing itself through

“real democracy”, autonomy, horizontality, consensus and direct action. It is based on experiences provided by participant observation and materials produced by the movement.

Keywords: Politic immanence, representativeness, movements without formal leadership, Occupy Rio, Anthropology

Le pouvoir politique comme coercion (ou comme relation de commandement-obéissance) n'est pas le modele du pouvoir vrai, mais simplement un cas particulier.

Pierre Clastres, **La Société contre l'État**, 1974

1. Introdução

Em meio a abalos globais, 2011 foi um ano ímpar. De forma inesperada, - que aos mais nostálgicos remetia a 68 - por todo o globo surgiram diversos movimentos políticos contestadores da ordem estabelecida em seus países - revoltas da “Primavera Árabe”, Occupy, Indignados espanhóis, black blocs gregos etc. Tais movimentações não deixaram intactas nossas praias e, em 22 de outubro, levantavam-se barracas numa ocupação “apartidária, mas não apolítica” em pleno centro da cidade do Rio de Janeiro. Concebido via internet e nascido em meio à Cinelândia, tinha início o movimento Ocupa Rio. Agremiando punks, secundaristas, universitários, aposentados, *hippies*, moradores de rua, ativistas, artistas, mídia independente, hackers, funcionários públicos, indígenas, anarquistas, etc., se apresentava como uma experiência singular de socialização que ousava se estabelecer sem autorização em meio ao espaço público.

E assim seguiu em meio a constantes transformações, permanecendo na praça como “manifestação permanente” até a remoção perpetrada pela PM no dia 4 de dezembro. Persistiu em uma nova fase como organizador de debates e atividades lúdicas, apenas para renascer brevemente como ocupação ilegal contestatória em meio às múltiplas atividades do Rio +20. Segue ainda hoje como uma rede fluida de ativistas mobilizados via internet e que articula manifestações em datas globais de ativismo e em torno de questões locais como as tentativas de desocupação do antigo Museu do Índio. Dentre as mais diversas temáticas que ambiente tão rico pode propiciar, este artigo procura realizar um exercício interpretativo no qual discursos, símbolos, ações e rituais de dentro do movimento possam ser colocados em um contexto de significação apropriado.

Portanto, passa longe de meus intentos primar por uma narrativa pormenorizada e linear dos principais fatos. Tenciono aqui executar em pequena escala a tarefa etnográfica de dar conta da lógica implícita num modo de vida com seus mitos e rituais; de capturar o significado de um conjunto de práticas; de compreender e articular as relações de uma visão de mundo e um *ethos* (GEERTZ, 1973) que - mesmo tendo um caráter por vezes mais implícito e diretamente sentido do que explicitamente e conscientemente articulado - são próprios ao grupo estudado.

Nesta procura, dou origem a uma ficção; uma ficção não em seu sentido de falsidade ou de irrealdade, mas em sua acepção de algo fabricado, construído: ensaio uma ontografia do político. Estendo aqui a esta palavra o sentido de esfera de atividades que compreendem tentativas de controlar ou influenciar as ações de outros humanos. Ensaio traduzir a mistura de reflexões e intuições que perfazem a cosmologia política do movimento em duas possibilidades ontológicas. A primeira se articula numa recusa radical à autoridade e na negação absoluta do poder; coloca-se como interna ao movimento e fala a linguagem de *imanência*. Quanto à segunda, não tenho pretensões a identificar sua localização real em um local específico pela falta de material empírico – mesmo acreditando que exista em correspondência parcial a instituições hierárquicas estatais, empresariais e da sociedade civil organizada. Constituo-a como um contraponto teórico à primeira; como o antípoda cosmológico a aparecer nas ações e símbolos dos próprios ocupantes. Constituindo-se numa lógica representativa e verticalizada, é construída numa linguagem de *transcendência* e ressoa em teorias políticas como a de Hobbes e no entendimento weberiano sobre o poder. Mas não nos adiantemos.

2. Metodologia da pesquisa, ou como me relacionei com o objeto de análise

Como fontes para composição deste ensaio, utilizei primordialmente minha vivência em campo, obtida durante toda a duração da acampada na Cinelândia em participações intensas e diárias no próprio movimento, inclusive com algumas noites passadas acampando. Contudo, num processo confessional, diria que esta abordagem estava mais perto de uma participação-observante do que propriamente de uma observação participante. Tomei contato primordialmente por interesses pessoais, não motivados por uma pesquisa. Logo em seguida, percebi a riqueza etnográfica propiciada por um grupo de tal heterogenia, que se movimentava de forma “crítica ao capitalismo e à democracia representativa” e em direção à “construção de um novo mundo”. Pretendia fazê-lo em meio às mais variadas atividades sempre abertas ao público, como oficinas de palhaçaria, performances teatrais, aulas de origami, rodas de “anarcofunk”, grupos de ação direta, coletivos de alfabetizadores voluntários, estabelecimento de uma biblioteca pública, discussões sobre Belo Monte e Copa do Mundo, shows de bandas de fanfarra, oferta grátis de comida vegana, manutenção de canteiros da praça, cineclubes abertos, workshops de estêncil, rodas de capoeira, aulas de violão, assembleias, oficinas de pipas, passeatas, *sit-ins*, bloqueios etc. – tudo em meio à Cinelândia. Neste sentido, tomei parte enquanto participante, mas construindo formas específicas de observação e reflexão sobre o que se sucedia. Utilizava minha experimentação como um meio a serviço da observação.

Saliento que, ao menos no presente caso, tal nível de aproximação não consistiu em uma fraqueza, muito pelo contrário. Fui exposto a uma densidade de relações, materiais, afetos e dinâmicas que só seria possível em tal nível de engajamento, por motivos como uma forte “cultura

de segurança”, - algo que alguns informantes entendiam como se proteger de possíveis incriminações ao evitar tratar de certos assuntos com desconhecidos. As intensidades permitidas por estar afetado me expunham a uma riqueza e vivacidade das subjetividades interiores às dinâmicas únicas de tal ambiente - o qual Turner não hesitaria em chamar de *communitas* (TURNER, 1969). Em última instância, chamo atenção para os quatro traços distintivos descritos por Favret-Saada (FAVRET-SAADA, 1990) acerca de uma etnografia na qual o etnógrafo se aproxima de tal forma.

Esta não seria mais do que uma variação – ainda que talvez mais aprofundada – das questões em torno da objetividade da proximidade etnográfica; aquilo que Evans-Pritchard chama de *feeling black* (EVANS-PRITCHARD, 2005) Os principais problemas levantados por tal nível de aproximação puderam ser colocados em suspensão, senão até mesmo totalmente afastados, por meio de anotações descritivas, um olhar focado para as questões antropológicas e do próprio transcorrer do tempo. O distanciamento de mais de um ano entre a experiência vivida no que talvez tenha sido o ápice do movimento e a análise reflexiva metodológica não se demonstra uma fraqueza, muito pelo contrário; permitiram-me completar a transformação de um participante que observa num analista crítico – *to go researcher*.

Desta época, além das experiências e anotações próprias, tenho à disposição diversos relatos, atas, discussões e vídeos disponibilizados no próprio site do movimento e em blogs e algumas entrevistas não padronizadas realizadas com diversos participantes – provenientes de panos de fundo sociais distintos e que se engajaram em momentos, intensidades e formas diferentes no movimento – e realizadas em momentos diferenciados, antes e depois do fim da acampada. Passemos, portanto, à análise do primeiro caso.

3. A primeira tentativa de desocupação – o choque entre concepções imanentes e transcendentais

Transcorria o dia 23 de outubro. Domingo seguinte à primeira noite de acampamento, em torno de 30 ativistas se espalhavam pela praça – com predomínio de jovens próximos aos vinte e cinco anos. A maioria se dividia em grupos, cada um contando cerca de cinco pessoas. Destes, a maior parte se tratava dos chamados “Grupos de trabalho” [1]. O restante cuidava da organização das barracas, produziam cartazes, improvisavam músicas ou mesmo simplesmente conversavam. Por volta do meio-dia, um micro-ônibus e duas viaturas do Grupamento de Operações Especiais da Guarda Municipal estacionavam em plena Rio Branco. Esvaziaram-se, e cerca de doze guardas se posicionaram em linha na lateral da ocupação. Não bem faziam dois dias de acampada e iniciava-se a primeira tentativa de desocupação por parte de uma força policial. O comandante de tal força, sozinho, se aproximou dos ocupantes mais próximos, reunidos em círculo numa reunião. Foi neste instante que, percebendo a situação, deixei de percorrer os diversos grupos e me aproximei para observar.

O guarda demandava saber quem era o líder. Os ocupantes retrucavam dizendo que não tinham líderes. O guarda exigia então representantes, ao que os ativistas respondiam não os ter e que não funcionavam assim. O oficial voltava a realizar suas exigências, afirmando que tinha que entregar uma ordem de despejo, mas só o fazia aos representantes. E os ocupantes mantinham o mesmo discurso, num eterno ritornello. Rapidamente tomando par dos acontecimentos, todos os ocupantes presentes no acampamento se reuniram em torno do guarda, com falas uníssonas a de seus companheiros. Rapidamente, foi proposta e armada uma assembleia em torno do policial – mesmo apesar dos protestos deste. Sentaram-se todos à volta de seu algoz. Vendo sua voz ecoada por todos num “microfone humano” **[2]**, o homem se viu obrigado a seguir o modelo dos ocupantes.

O oficial afirmou vir entregar uma ordem de despejo em nome da prefeitura “mas só posso falar do que se trata com um representante”. Um ativista, tendo a voz amplificada por todos os presentes, afirmou que “não temos representantes. Se veio nos informar sobre uma ordem de despejo, nos informe”. Desistindo por fim de suas expectativas iniciais, o guarda, a esta altura já falando frases curtas para se enquadrar ao microfone humano, respondeu explicando pormenorizadamente a ordem de despejo, que agia com bases em uma lei municipal que proibia acampamento em área pública, e que, frente à resistência, iria executá-la. Todas as falas neste instante já estavam sendo amplificadas por uso do microfone humano, e assim continuariam até o fim da assembleia. Os ativistas revezavam-se de forma espontânea em turnos de fala, qualquer um tendo a liberdade de fazê-lo, ficando implícita somente a obrigação de esperar o fim da fala de outro. Questionavam o guarda acerca do artigo e justificavam a permanência da acampada como “manifestação do povo” e “pacífica”. Este aparentava se sentir intimidado e hesitava em retrucar. Mais ocupantes chegavam à assembleia, convocados via celular e internet por outros ativistas. Um destes era R. **[3]**, ativista que posteriormente descobri ser ator e ter cerca de 20 anos, apareceu com uma cópia da Constituição brasileira e leu o inciso XVI do art. 5º **[4]**, com repetições gradativamente mais entusiasmadas do coro. Logo em seguida, T. outro ativista de cerca de vinte anos - que depois descobri ser estudante de direito - iniciou sua fala afirmando ser participante do “GT Disjurídico” **[5]**. Afirmou que o GT, procurando garantir uma defesa para a acampada, decidiu por notificar a prefeitura da ocorrência do evento, como consta na Constituição, e que, para tanto, ele e um colega foram à secretaria responsável. Disse que a notificação havia sido negada, mostrando a cópia do documento. Atentou para dois trechos, um que exigia o nome do representante do grupo, preenchendo com “Ocupa Rio”, e o último, onde a prefeitura notificava sua recusa devido à “falta de representante”. Ao fim da leitura, o locutor indagou de forma irônica não saber como alguém pode negar um aviso. Falas rápidas de diversos ativistas se seguiram, afirmando a validade da ocupação independente da vontade da prefeitura.

A direção das falas foi interrompida por R., mulher de cerca de vinte anos, participante de forma mais ativa no disjurídico, que, de forma exacerbada, “queria saber por que uma das nossas colegas falava sozinha com a guarda”. Afirmava que “ninguém a tinha eleito representante” e exigia

sua volta. A atenção de todos momentaneamente se voltou para A., estudante de história da arte, 20 anos. Esta se encontrava conversando com a linha de guardas, posicionada 15 metros da assembleia, no limiar da calçada com os carros estacionados. Alguns de seus amigos passaram então a chamá-la.

Movida pelos chamados, A. retornou à assembleia. Disse: “só estava querendo saber a opinião deles. Sabe, eles não querem nos remover, só estão cumprindo ordens.” Ouvindo-a, muitos ocupantes começaram a chamar os guardas para vir conversar na assembleia; alguns poucos, de forma um tanto quanto irônica, pediam para não ser removidos. A formação policial manteve-se em seu lugar, com alguns membros parecendo constrangidos. Neste instante, o oficial se encontrava a meio caminho entre o círculo da assembleia e a linha de guardas, posicionando-se como um possível intermediador. Dirigiu algumas palavras a seus subordinados, às quais não tive acesso.

O ocupante C., também universitário de 20 anos, se levantou e puxou a fala para si. Começando com “gente, estamos nos iludindo” e afirmou da inutilidade de chamar os guardas. Defendeu que estes cumpriam ordens, “seus superiores nos viam como inimigos” e “é parte da lógica militar” não permitir a seus subalternos se misturarem com os inimigos por medo de contaminação. [6]

Tal fala extinguiu as tentativas de aproximação com a guarda municipal. L., 30 anos, resolveu afirmar que o movimento deveria continuar, independente do que os guardas quisessem, e resistir de forma pacífica, como havia sido discutido no dia anterior em caso de tentativa de uso de força contra a ocupação. A não contraposição por ninguém demonstrava o consenso de tal posição. A esta altura, contavam por volta de 70 ativistas na assembleia, que podia ser acompanhada pelos guardas de sua posição. Frente à organização e intenção de resistência, estes pareciam desistir e ir embora, rumando a seus carros. Contudo, iniciaram a remoção de cartazes afixados pelos ocupantes no dia anterior num ponto de ônibus da Rio Branco próximo às barracas. Manifestantes gritavam que começava a remoção. A quase totalidade dos ocupantes reagiu, dando os braços e fazendo um círculo em volta do respiradouro do metrô (local que continha a maioria dos cartazes naquele momento) e das barracas. Os guardas desistiram frente à resistência organizada e se retiraram. Os ocupantes se regozijaram, muitos se abraçaram e se parabenizaram. Havia resistido ao primeiro choque com forças do Estado.

Início minha análise sobre o Ocupa Rio neste evento, pois, para além de um conflito de interesses, o que se esboça é um choque de duas concepções do que é, ou deveria ser, o político. Isto se desenha desde a primeira interação entre grupos. O oficial da Guarda não consegue conceber que não há líderes, nem mesmo representantes – que não há um *civitas* (HOBBS, 1985), um *corpus* político que transcenda a individualidade dos manifestantes, deliberando e/ou agindo em nome desta. A própria organização de suas ações se contrapõe a esta horizontalidade. Ele é levado à praça para executar ordens provenientes de uma cadeia de comando acima e, por sua vez, se coloca como autoridade sobre seus subordinados. No instante, só ele tem autorização para falar em nome da

Guarda, para representá-la. Aos outros guardas fica interdita até mesmo a interação direta com os manifestantes – salvo a utilização da violência. Será, ao menos naquele momento, sua a decisão de executar a ordem de desocupação – e o fará como representante de uma entidade maior, a Prefeitura. Somente quando se vê englobado no meio de uma assembleia aquiesce a outra possibilidade de organização.

A contraposição dos ocupantes começa a desenhar o que pretendo chamar de ontologia de imanência do político. Todos os ativistas se recusam veemente a corroborar a versão que há líderes. Vão além, se contrapõem de forma enérgica à idéia de representação. Em sua visão, nenhuma instância externa poderia dar conta da multiplicidade de manifestações dos ativistas, chegando mesmo a policiar aqueles que poderiam fazê-lo – como demonstra o caso de A. Mas sua aversão à representatividade se desenvolve para além dos círculos interiores ao Ocupa. Negam a validade de representação por parte do oficial da Guarda, demandando que os próprios guardas participem da assembleia de forma direta. Contra a representação, exigem a *presença*, desejam uma política imanente, dão validade somente à ação não intermediada de cada sujeito. Desautorizam a falar em nome de outros e a entidades que se coloquem como superiores. Contudo, imagino agora que o leitor possa estar a indagar: Mas não se fiam eles, ao menos por um momento, na Constituição, colocando-a como legitimidade maior?

Quanto ao caso da Constituição gostaria de salientar três aspectos: Primeiro, tratava-se de comunidade extremamente heterogênea, onde esta ontografia que pretendo traçar procura constituir tipos ideais, que tentam dar conta de – na falta de melhores palavras – um pensamento hegemônico na acampada [7]. Segundo, apresenta-se como uma forma de autoproteção no momento de reação frente à possível desocupação, procurando uma capacidade de se posicionar frente à Guarda Municipal com uma arma simbólica – a garantia constitucional do direito de livre associação em espaço público. Terceiro, e creio que talvez mais elucidador, o uso da Constituição se dá de forma muito específica: os próprios nativos não fazem demandas ou apelam a instituições oficiais do Estado para a execução da Constituição; o fazem diretamente a partir de sua compreensão, e nada mais. Arrogam a si próprios o direito de interpretá-la e aplicá-la. Simplesmente informam à Guarda Municipal da intenção e validade da resistência. O que está implícito, portanto, é uma horizontalidade para além das dinâmicas internas à acampada: nada transcenderia a ação cotidiana das pessoas; nem mesmo grupos do Estado para tratar questões que tangem o mesmo. Há uma negação do soberano de Hobbes enquanto portador da fala dos súditos. A Guarda Municipal, nesta linguagem de horizontalidade radical, tem questionada sua legitimidade do uso da violência. Não são vistos como representantes autorizados em tais ações por uma entidade superior, mas como pessoas que agem para desmontar o acampamento. Quando por fim ameaçados fisicamente neste sentido, os ocupantes se unem e recorrem à “ação direta” – agem como se já fossem livres e independentes, aspiram a atingir seus objetivos pela sua própria atividade, e não através da ação de outros [8]. O choque de ontologias talvez fique mais claro ao

remetermos à tentativa de informar à prefeitura por motivos de segurança da manutenção da acampada. Dentro da lógica que permeava o órgão municipal, era menos incongruente receber um aviso e negar ter sido avisada do que admitir a existência de um grupo de pessoas cuja organização não tenha uma identidade fixa estacionada sobre a representatividade.

Ressalto que a afirmação de não representação não era própria aos momentos de tensão, mas consistente durante o movimento em todos seus momentos. Creio que a melhor revelação se dê no que se tornou uma forma semipadronizada de lidar com perguntas sobre o movimento. Quando indagada sobre o que era o Ocupa Rio por alguém externo, seja um repórter, seja um representante de alguma organização ou mesmo um mero transeunte, o participante do movimento respondia, quase sempre, com um preâmbulo, tão constante que poderia ser reconhecido como um ritual. Reproduzo uma possibilidade, retirada de um ativista entrevistado por um repórter d'O Dia: “Veja bem, eu falo não em nome da ocupação como um todo. Aqui há pessoas com visões e origens bem diferentes. Falo somente a partir de minha vivência e das conversas com meus companheiros”. Pululavam variações com os mesmos elementos – afirmação da pluralidade da ocupação, de não ser representante e de falar a partir das próprias observações. Via de regra, tais preâmbulos eram seguidos pelo igualmente comum “não temos líderes” – afirmação corroborada pela ausência em toda a acampada de ritos de investidura de lideranças. Mas pode estar o leitor a se indagar: como isto seria possível? Como esta horizontalidade, esta aversão a qualquer forma de representação se dava no dia-a-dia? Como tal ambiente poderia se organizar numa forma não caótica?

4. Assembleias e consenso – a organização via não-representatividade

Durante a acampada, as únicas formas de organização oficializadas e reconhecidas por todos – aquilo que poderíamos nomear as estruturas políticas do grupo analisado – foram os Grupos de Trabalho e as assembleias gerais. Como os “GTs” já foram descritos em outro momento [1], me restringirei às assembleias. Ao contrário do que exigiria uma exemplar etnografia, não reproduzirei aqui nenhuma em sua íntegra. O faço por dois motivos: 1. Pela incompatibilidade da restrição espacial do presente formato e a extensão das Assembleias – em média, com duração de 2hrs, com algumas chegando a mais de 5hrs; 2. O processo da assembleia esteve durante a ocupação em constante modificação de seus pormenores, tais como a ordem de acontecimentos – se o informe dos GTs vem antes ou depois dos informes de indivíduos, se as propostas serão discutidas e deliberadas logo após sua sugestão ou só ao fim da assembleia, entre outros -, a quantidade de assembleias por semana, a existência e tamanho de tempo limite para sua ocorrência e outros [9]. Portanto, restringir-me-ei a elencar os traços que se mantiveram estáveis durante a acampada.

As assembleias gerais ocorriam normalmente no centro do acampamento, iniciando ao fim da tarde. A quantidade de participantes variou grandemente durante os diversos momentos da ocupação. Chegaram a agremiar, em seu máximo de participação, mais de 100 pessoas. Os presentes dispunham-se invariavelmente em forma de círculo, com a maioria das pessoas sentando

no chão e o restante em pé atrás destas, todas se voltando para o interior da roda. Aqueles que falavam o faziam normalmente em pé ao centro, contudo, alguns se mantinham em seu lugar, especialmente em falas rápidas. Durante a assembleia, as falas centrais eram amplificadas pelo uso do microfone humano, o que permitia que os participantes falassem em voz baixa entre si sem atrapalhar o andamento da discussão central. Era comum a movimentação de pessoas entrando e saindo da reunião, ação tomada tanto por ativistas quanto transeuntes interessados. Estas dinâmicas físicas de organização construía um espaço de radical horizontalidade e de descontração.

As assembleias se apresentavam como um espaço apropriado para a tomada de decisões que “pudessem colocar em risco iminente a acampada ou que pretendessem carregar o nome do movimento como um todo”, como demonstrava a fala do informante C. universitário, 20 anos. Não agiam como um órgão de representação, mas como um momento onde, de forma relativamente fixada, as pessoas poderiam se encontrar, conversar de forma abrangente e decidir de forma conjunta possíveis cursos de ação que envolvessem direta ou indiretamente toda a ocupação. Daí a preferência na fala dos nativos por locuções como “foi decidido em assembleia”, ao invés de “A Assembleia decidiu”. Seu foco se dava, portanto, sobre questões mais amplas. As questões menores e que não necessitavam da participação de todos, como a organização e manutenção física do acampamento, a produção de atividades educativas e artísticas, pequenas atos de protesto e ações diretas, eram comumente debatidas e realizadas dentro dos GTs ou por coletivos independentes que se reuniam na acampada. Normalmente, o processo se iniciava com uma rápida proposição pelos ativistas do GT de Processo [10] de um modelo a ser seguido e explicação aos mais novos sobre os “sinais de mão” [11], o papel dos facilitadores [12] e uma sucinta enumeração dos princípios da assembleia- em larga correspondência com os que aqui levantarei.

As assembleias gerais, como todas as outras atividades do Ocupa, se colocaram sempre como “abertas à participação de todos”, como seria repetido pelos mais diversos participantes, nas mais diferentes circunstâncias, incluindo o início de todas as assembleias. A esta abertura, somava-se uma igualdade radical. Todas as pessoas presentes podiam falar o quanto quisessem e propor cursos de ação, desde que seguissem a ordem da lista de falas – caso contrário, tendiam a sofrer sanções morais afetivas, em geral, pedidos mais enérgicos espalhados pela multidão de “espere sua vez”. Quanto às propostas, todos os presentes também detinham o mesmo poder decisório – todos poderiam “vetar”, bloqueando sua continuidade no formato em que estavam. Como reafirmado em diversas conversas informais entre participantes e em explicações do GT de Processo em inícios de assembleias, o bloqueio só se daria quando o participante acredita que a proposta vai contra os princípios do coletivo como um todo e/ou que se sinta tão contrário à idéia que a aprovação desta significaria um abandono por parte dele do Ocupa. Portanto, todas as decisões coletivas sobre rumos de ação eram tomadas em “consenso” de todos os participantes. Contudo, o que é o consenso de que falam os ocupantes?

Trago um trecho do texto das “Diretrizes para a assembleia” formulado pelo GT de Processo e aprovado consensualmente. “Qualquer espaço que se pretenda democrático deva ser avaliado pela capacidade da maioria ter sua vontade atendida, mas também, e principalmente, pelo respeito às minorias e às diferenças. Portanto, todas as decisões tomadas para e em nome do coletivo devem ser tomadas por consenso geral com todos aqui presentes se sentindo contemplados.” Com a ênfase nas diferenças, o que norteia a idéia, portanto, não é a construção da acampada como um espaço uniforme, de uma única bandeira ou identidade, ou então de uma análise correta da realidade exigindo uma única direção de ação. Com um pouco mais de uma semana de acampada, observei P., cerca de 30 anos, trabalhador de audiovisual, um auto-intitulado anarquista tentando explicar para um recém-chegado o motivo de estar na praça como “procurar intersecções de realidades” de diversas pessoas, achando causas e produzindo ações comuns. Aludo também a uma passagem do texto *Produzir o dissenso na acampada*, do participante Bruno Cava: “Consenso não é homogeneidade de opiniões - As discordâncias nessa assembleia servem para construir e não devem servir para desmobilizar a ocupação.” (CAVA, 2011) [13].

A pressuposição subjacente ao processo de produção de consenso – facilmente encontrada nos momentos em que funcionou de forma mais eficiente – não é a conversão de outros ao seu próprio ponto de vista ou a redução a uma única perspectiva; mas levar um grupo com interesses em agir conjuntamente a decidir por um curso de ação em que todos se sintam igualmente responsáveis por sua produção. As decisões coletivas apareciam, portanto, como imanente a todos. Não provinham de uma esfera transcendente superior. Ao invés de votar propostas, limitando-se ao sim e ao não, as propostas são retrabalhadas e reinventadas – por vezes de forma exaustiva, voltando por diversas vezes a GTs para aprofundamento e rediscussão – até que todos consigam conviver com a alternativa apresentada. Eu mesmo presenciei discussões polarizadas, onde o grupo parecia se dividir em duas propostas irreconciliáveis, até que alguém aparecesse com uma idéia que sintetizava as opções: uma idéia a que ninguém se objetasse, que não ferisse o que as diversas pessoas realizavam e produziam no dia-a-dia da acampada sem a necessidade de deliberação em conjunto.

O mesmo P. afirmava ao deputado Chico Alencar quando da visita deste à acampada para conhecer o movimento: “O método é tudo, o conteúdo esta na forma.” De fato. Do ponto de vista nativo, as formas de deliberação dentro da acampada apareciam como formas de pesquisa de um novo fazer democrático, uma “democracia real” a aparecer em diversos discursos de participantes e em uma grande faixa presa ao respiradouro do metrô ao lado das barracas. O acampamento e suas formas de sociabilidade podiam ser vistos como um “laboratório de sociedade” – apontava um popular cartaz preso a uma das árvores. A mudança que os participantes ensinavam estava imbricada na forma de organização.

Faço recurso a algumas ideias fomentadas pelo antropólogo David Graeber, cujos textos sobre sociedades anárquicas e consenso me proveram *insights* para elaboração do artigo. Segundo este:

tomada de decisões por consenso é típica de sociedades onde não haveria formas de forçar uma minoria a concordar com a decisão de uma maioria – seja porque não há Estado com monopólio de força coerciva, ou porque o Estado não tem nada a ver com tomada de decisão local. [...] Democracia majoritária [onde se decide via votação], podemos dizer, só pode emergir quando dois fatores coincidem:

1. Um sentimento de que pessoas deveriam ter igual influência na realização de decisões grupais, e
2. Um aparato coercivo capaz de fazer cumprir estas decisões (GRAEBER, 2003, p. 89; tradução minha).

Dentro desta visão, o Ocupa Rio, se o tomarmos enquanto grupo e totalidade [14], se enquadrava numa sociedade de decisão consensual por sua asserção positiva de ausência de força coerciva, pela ausência de entidades transcendentais aos indivíduos dotadas de legitimidade moral para agir de forma violenta. A partir da negação da organização política através do poder enquanto capacidade de ação violenta, o poder no Ocupa se constituía na capacidade da fala – composta também pelo uso de linguagens não verbais - enquanto produtora e (con)formadora de afetos. O poder passa a não ser exercido *sobre*, mas *com* alguém – na agremiação voluntária, não coercitiva, para produção de fins comuns. O foco se encontra sobre a autolimitação. A ação política na qualidade de imanente se contrapunha ao que Weber define como Estado [15]; age como a negação da esfera da violência enquanto possibilidade de construção da sociabilidade.

Se o indivíduo, por sua própria decisão, não quisesse se ater aos combinados, o que restava aos outros ocupantes era utilizar a palavra para tentar demovê-lo de suas intenções. Existem alguns exemplos de ação contrária ao acertado em assembleia, como o uso de drogas dentro da acampada e a prematura tentativa de uma ligação ilegal de luz. Passemos ao que eu considero como o mais interessante para o presente momento.

5. O afresco no Monumento Guarda Calheiros

Próximo ao fim de uma assembleia de sexta, dia 19/10/2011, uma mulher que eu nunca antes vira iniciaria a sua fala. Apresentou-se como artista plástica e viera propor a execução de intervenções na Cinelândia. Estas seriam uma continuidade de projetos que já havia executado pelo mundo e se desdobraria em duas formas: 1. Auxiliada por crianças, faria pinturas em preto e branco de flores nos postes da praça, colorindo-as à medida que o Ocupa Rio conseguisse grandes vitórias; 2. Pintura de um painel no respiradouro do Metrô – conhecido pelos ativistas como “Monumento Guarda Calheiros” [16]. Apresentado depois de mais de duas horas de uma cansativa assembleia – a maior parte expendida em discussões acaloradas sobre possibilidades de invasão policial pelo anteriormente discutido uso de drogas e possibilidades de resistência – o projeto provocou reações

controversas. Falas se seguiram aprovando com louvor; outras, mesmo concordando com a beleza do projeto, questionavam a capacidade do Ocupa, que passava naquele momento por problemas de organização, comprar uma possível briga com o Metrô. Depois de discussões acaloradas sobre ativistas estarem se policiando com medo de que a polícia o fizesse – mais uma discussão sobre a velha problemática meios/fins –, o consenso se dirigiu em aguardar ao menos um dia para consultar participantes do GT Disjurídico sobre a legalidade de tal ato. A artista, assim confrontada, afirmou fora da assembleia que não seria impedida de pintar. E não o foi.

No dia seguinte, a artista compareceu com seu equipamento, incluindo um andaime, e iniciou a pintura de um mural na parte superior do “Monumento Guarda Calheiros”. Algumas pessoas chamaram sua atenção ao que havia sido discutido em assembleia, ao que ela não aparentou dar muita importância. Na próxima manhã, aparecia um autointitulado representante do Metrô, acompanhado de um guarda da empresa. Estes dois, como tantas outras pessoas que passaram pela “manifestação permanente”, protagonizaram mais uma tentativa infrutífera de procurar o líder, seguida com o que já se tornavam ritos de praxe.

Por fim, a interação acabou se reduzindo a alguns participantes que se interessaram, cerca de sete, e os agentes do Metrô Rio. O funcionário da empresa, identificando-se como o “responsável pela estação”, demandava que não pintassem o respiradouro ou os tapumes de uma obra que ocorria para a instalação de um elevador. As atitudes dos ativistas variavam. Alguns percorriam num sentido de confrontação direta, defendendo a legitimidade da execução do mural num “sistema onde o povo não pode se expressar”, independente da vontade da empresa. Mantiveram-se nesta posição mesmo com a ameaça por parte do representante de posicionar uma guarnição de guardas para remover o material da acampada. Outros, incluso um participante do GT Disjurídico, enfatizavam uma postura mais conciliadora, evitando o conflito. O responsável da estação voltava a afirmar seus pedidos, ao que um ativista respondeu: “Ninguém representa ninguém aqui. O que a gente pode fazer é solicitar que as pessoas não pintem, entende? Mas se alguém pintar, alguém de fora vier e pichar ninguém aqui é o responsável por ninguém”.

Aqui se encontra um exemplo do *ethos* dos ativistas que percorriam o Ocupa Rio. Afirmam a não representatividade e a não possibilidade de intervenção coerciva sobre a ação de outrem. Não viam a manifestação como um todo transcendente e englobante, ao qual as ações particulares poderiam ser imputadas. Estas eram vistas como imanentes somente ao próprio autor. Contudo, isto não implica num atomismo de total independência dos ativistas. O que se estabelecia era uma rede de solidariedade e ajuda mútua entre manifestantes, como demonstrado nas diversas ações conjuntas voluntárias para manutenção da acampada – passando de estabelecimento de infraestrutura, limpeza e alimentação –; execução de atividades artísticas e educativas – como o estabelecimento de um núcleo popular de alfabetização e um cineclube de participação aberta com projeções na Cinelândia; e unidade e votos de companheirismo frente às tentativas de repressão sobre as ações perpetradas pelo grupo – como a ação direta de *sit-in* [17] para bloquear um carro de

som da passeata contra a redivisão dos royalties do petróleo organizada pelo governo estadual, contrapondo-se ao que viam como a pauta e organização verticalizada e imposta desta e afirmar “Este governo não nos representa!”. Ou mesmo em solidariedade à artista que executava o afresco no “Monumento Guarda Calheiros”. Em pouco tempo, esta se juntava ao grupo que discutia, apresentando o projeto escrito ao representante da empresa, mas afirmando não querer que se “metam na minha arte”. [18] A pintura prosseguiu com o apoio de diversos ativistas e, até meu conhecimento, sem a posterior intervenção de representantes da empresa Metrô Rio. O fato torna-se mais interessante pela participação na discussão entre ativistas e o “responsável pela estação” de um dos manifestantes mais ativo no GT de Segurança – grupo que, paradoxalmente, mais se assemelhava e afastava de uma idéia de polícia dentro da acampada.

6. GT de Segurança – uma polícia sem poder de coerção

O GT foi inicialmente criado nos primeiros dias de acampada como a primeira linha de defesa contra a polícia. Os que participavam faziam uma vigilância constante das redondezas, em especial durante a noite, momento menos movimentado da acampada. Serviam tanto como um possível desestímulo ao despejo pela impossibilidade de total surpresa e como sentinelas, prontos a acordar a todos e iniciar convocatória dos demais ativistas via internet e telefone. A esta autodefesa contra a polícia, somou-se outra função. Em pouco mais de uma semana de ocupação, a Cinelândia e suas dinâmicas próprias inundavam a acampada, e não seriam exceções os problemas relativos à segurança comuns aos espaços do Centro do Rio à noite. Os participantes do GT rapidamente se viram tentando evitar assaltos, furtos e brigas, algumas chegando a envolver pedras, facas e até mesmo um caso com arma de fogo. Colocada desta forma, o GT aparece como um grupo tentando manter uma certa concepção de ordem dentro da acampada. Contudo, saliento que não podemos enquadrá-lo como uma força de segurança ou polícia por três motivos.

O primeiro se refere ao que era o princípio fundamental do GT: a não violência. Mais do que em qualquer outro ambiente da acampada, o princípio de “não violência” era perpetrado continuamente nas reuniões e nos turnos de segurança. Conversando com H, um dos participantes mais ativos nos turnos, ouvi-o proclamar: “nossa política oficial é desarmar os conflitos usando o diálogo”. Até onde consegui testemunhar, assim o foi. Quando uma discussão aparentava deflagrar em briga, vários ativistas afirmando a não violência e o diálogo se posicionava entre e em torno dos que discutiam praticamente obrigando-os desescalar o conflito. Nas brigas de fato, a mesma ação tomava lugar, de forma ainda mais enérgica e com a interposição de diversos corpos entre os que brigavam. Nunca se colocava como possibilidade a recorrência a alguma força policial externa à acampada para resolução dos problemas que a atravessassem. Para utilizarmos a tipologia weberiana, a ordem no Ocupa se tratava, portanto, de *convenção*, já que “sua vigência está garantida [...] pela probabilidade de que, dentro de determinado círculo de pessoas, um comportamento discordante tropeçará com a reprovação (relativamente) geral e praticamente

sensível” (WEBER, 2009, p. 21), e não de *direito*, pois não está garantida pela coação “exercida por determinado quadro de pessoas cuja função específica consiste em forçar a observação dessa ordem ou castigar sua violação” (ibidem, p. 22).

O que nos remete ao segundo motivo: como o restante das atividades do Ocupa, o GT era aberto à participação de todos. Caso alguém se interessasse em tomar parte nas atividades, duas atitudes se apresentavam: ir à reunião com hora marcada e divulgada previamente ou simplesmente escrever seu nome ou apelido numa folha normalmente afixada no mural de informações, indicando que turno de segurança seria sua preferência. Não havia um quadro de pessoas designadas. Portanto, o GT de Segurança, assim como todos os GTs, se conformava menos como um grupo e mais como uma série de práticas exercidas conjuntamente. Estamos longe, portanto, de uma polícia, aquilo que Graeber define como “burocratas com armas” “treinados na aplicação científica de força física ou a ameaça de força física para ajudar na resolução de problemas administrativos. [...] Eles [a polícia] são a face ativa do monopólio da violência pelo Estado”. (GRAEBER, 2009, pp. 446-447). Seria impossível considerarmos dentro de uma lógica de transcendência – permeada por organizações verticais que se sobrepõem autorizando ou desautorizando ações – a idéia de uma polícia cujo método de garantia da ordem nunca pudesse ser garantido pelo uso da força ou cuja exigência para ingresso seria somente se auto afirmar como membro.

Esta ampla abertura – implicada numa problemática à identificação por delimitação de fronteiras – nos leva ao terceiro motivo: a impossibilidade de responsabilização do GT pela segurança. A partir da terceira semana da acampada, começaram a ocorrer com maior frequência incidentes de furto. Tal tema foi tratado numa assembleia de sábado, comumente a mais movimentada. Entre intensos debates sobre as falhas de segurança e do GT referido, desdobrando em diversas falas explorando distintos problemas na idéia de impor a outro ativista uma responsabilidade ou dever. A posição que prevaleceu ao final é de não imputação do encargo da segurança ao GT. Os que agiam no GT seriam ativistas que tomam maior iniciativa para salvaguarda da integridade das pessoas na acampada, mas sem se responsabilizar por tal fato. Reproduzo parte da fala de P., ator argentino em torno de 25 anos, uma das últimas: “[o GT] não é o responsável pela segurança, mas sim todos nós. [...] Quem é o GT de segurança? Não somos todos?”. Portanto, a responsabilidade – se é que podemos usar este termo – de manutenção das convenções é imanente ao sujeito, intrasferível e invinculável a outros grupos. É como se o Ocupa se estabelecesse em negação ao *Poder Soberano* em Hobbes; dirige-se contra sua asserção de “eu autorizo e entrego meu direito a me governar, a este homem, ou a esta assembleia de homens, sob esta condição, de que tu entregues teus direitos a ele, e autorize todas suas ações da mesma maneira” (HOBBS, 1985, pg. 227). Sim, o conteúdo está na forma.

7. “Desculpe o transtorno, estamos trabalhando para um mundo melhor”

Detendo-nos sobre a política de imanência do Ocupa e suas posições contrárias a determinações externas, torna-se praticamente inevitável reportar-mo-nos ao conceito de autonomia de Castoriadis. Este a definia como a capacidade de um indivíduo ou de uma comunidade de viver sob regras que eles mesmos criaram, tendo o direito de reexaminá-las constantemente e percebendo-as como fruto de sua própria imaginação institutiva. “Autonomia: *autos-nomos*: (se dar) a si mesmo suas leis [...] sabendo que o faz.” (CASTORIADIS, 1988, p. 96, tradução minha). Dentro da ontologia política do Ocupa, dispor de representação, operar numa lógica de soberania, é deixar de ser autônomo.

Esta noção de autonomia presente no Ocupa tem grande correspondência com a idéia de Zona Autônoma Temporária ou T.A.Z. (sua sigla em inglês). O conceito é criado pelo teórico anarquista contemporâneo Hakim Bey e surge de uma desconfiança da idéia de Revolução como mudança radical de estruturas coercivas. Para este, as revoluções tenderiam a funcionar numa eterna “espiral hegeliana”: “revolução, reação, traição e a fundação de um Estado mais forte e ainda mais opressor” (BEY, 2003, p. 97, tradução minha). O autor enseja, então, um elogio à insurreição. “A T.A.Z. é como uma insurreição que não entra em luta diretamente com o Estado, uma operação de guerrilha que libera uma área (do tempo, do espaço, da imaginação)” (BEY, 2003, p. 99, tradução minha) A idéia de libertação se realizaria não simplesmente através de, mas *na* luta. O objetivo, em plena consonância com a idéia de ação direta, torna-se viver pelo maior tempo possível no mundo no qual se preferiria habitar, um mundo onde não haveria a intermediação da representação.

B., um dos auto-intitulados anarquistas, falava já em 15 de outubro, na primeira reunião de organização, antes mesmo de levantar o acampamento: “ah, o que que vai dar isso aqui? Já tá dando, já tá tocando no interior de cada um, e isso é o importante. Se a gente vai sair daqui e invadir a assembleia [se referia à Câmara Municipal do Rio de Janeiro], se vai fazer uma caminhada até o Palácio Tiradentes, não é muito a questão. A questão é a gente estar reunido e continuar nos reunindo.” [19] O foco está no processo enquanto construtivo; procura-se uma “revolução da vida cotidiana”, para usarmos os termos dos situacionistas (VANEIGEN, 2002). O método se torna uma experimentação na tentativa de realinhar a imaginação constituinte criando-se novos horizontes de possibilidades, produzindo-se uma T.A.Z. Como apontava um cartaz preso no alto do “Monumento Guarda Calheiros”, popular entre diversos ativistas: “Desculpe o transtorno, estamos trabalhando para construir um mundo melhor”. A cosmologia política do Ocupa levava o movimento a se inserir no ramo de políticas pré-figurativas – aquelas que buscam fazer tomar forma no aqui e agora as ideias políticas que desejam ver implementadas no futuro. Ou, como apontava o velho lema anarquista, construir o mundo novo na casca do antigo. Em sua visita ao acampamento no dia 8/11/2011, o filósofo Antonio Negri respondia a uma pergunta sobre qual era a importância do movimento (se referindo não só à Cinelândia, mas ao Occupy globalmente): “um método novo. É este estar juntos, a partir do qual começam a construir, não algumas maiorias, nem organizações, mas momentos de consenso, momentos de forte participação que podem renovar a própria

estrutura da expressão política” [20]. Se a imanência se diferencia da transcendência, os métodos de luta por mudanças considerados como válidos também.

Se a organização social necessariamente nos sobrepassa; se vemos e tentamos construir o *corpus* político como transcendente – uma organização acima de nós, reforçando-se em última instância através da força; se operamos em uma lógica de representatividade, a mudança da organização social só pode existir por meio de pressão às instâncias superiores pela execução do que se demanda – o caso de reformas – ou por meio da quebra e tomada do poder coercitivo – a Revolução enquanto cataclisma. Contudo, se operamos numa lógica imanente, se o *corpus* político é construído pela ação cotidiana não intermediada; se a organização aparece como sendo o meio e o fim de luta – a política é vista como imanente às práticas, como aberta o tempo inteiro para mudanças através de constituições e reconstruções das redes de ações no dia-a-dia. A ação revolucionária potencialmente está em todo lugar – até mesmo em atos como ocupar uma praça simplesmente para conversar – mas não a Revolução. Portanto, o desafio a que se colocava o Ocupa era construir uma rede de insurreições capaz de articular as distintas revoltas de diversos grupos e indivíduos em pontos de interseção, promovendo ações diretas. Posicionava-se enquanto um “fórum público de encontros” - como diria P. a Chico Alencar -, como uma organização de formas alternativas de existência. O Ocupa Rio parecia proceder seguindo a uma velha pichação nas paredes de Paris de 68: “On ne revendiquera rien, on ne demandera rien. On prendra, on occupera”. [21]

8. Considerações Finais

Neste mosaico de vislumbres sobre o Ocupa Rio, pudemos observar como um *ethos* fortemente baseado em valores radicais de horizontalidade (que todos devem ter a mesma influência), liberdade (que todos ajam apenas voluntariamente), independência (que não se faça demandas, mas aja por ações diretas) e solidariedade (apoio mútuo entre ativistas) se vincula a uma visão de mundo que concebe como peremptoriamente equivocada toda forma de representatividade, de fixidez identitária estática e de uso ou ameaça de uso de violência enquanto forma coercitiva. Para facilitar a produção de uma descrição densa (GEERTZ, 1973), procurei definir a partir das estruturas de significado do Ocupa Rio diferenças entre ontologias políticas de imanência e transcendência – termos que são usados não para definir áreas, mas para sugerir tendências. Neste espírito, apresento aqui um quadro comparativo sintetizando as características previamente desenvolvidas.

Quadro comparativo	
Transcendência	Imanência
Representatividade	“Democracia real” e presença
Violência e coerção	Não violência e não coerção
Maioria	Consenso
Partidos	GTs, assembleias e coletivos
Demandas aos representantes	Ação direta
Revolução	Insurreição
Soberania	Autonomia
Imposições	Autolimitação
Poder sobre	Poder com
Verticalidade	Horizontalidade
Identidade e fronteira	Processo e abertura

O presente texto apenas se ocupou de tentar reproduzir e fixar em termos mais duráveis e abrangentes o dito e o feito contido nas ocasiões percíveis no tempo e no espaço da comunidade de análise. Neste mesma direção, coloca-se como tarefa posterior devido à restrição espacial a análise de como se estabeleciam as interações nas mais diversas atividades do ocupa. Se a ênfase de uma ontologia imanente está nas sociabilidades do cotidiano, é preciso se estender para além dos formalismos da assembleia e dos GTs e procurar as práticas paralelas para um entendimento global do Ocupa.

Torna-se igualmente proveitoso deslocar pontos de vista (ainda que possam parecer incongruentes) e somar outras formas de análise a esta procura pelas teias de significados constitutivas da cultura do grupo analisado. Como exemplos de possibilidades frutíferas, indico os seguintes questionamentos: como se constituíam os coletivos englobantes de humanos e não humanos envolvidos nesta produção da política (em especial o papel da internet como mediadora entre pessoas e movimentos)? Como esta concepção distintiva do político se desenvolve quanto às relações de gênero para dentro e fora da acampada (que inclusive contava com um GT Queer promovendo “anarco-terrorismo-queer”)? Que espécie de produção e conformação dos corpos e afetos a economia de relações assimétricas de poder não soberano criava? Quais máquinas sociais (para ficarmos com o termo clastreano) se constituíram dentro do Ocupa como mecanismos de supressão do poder coercitivo e repressão dos maus-desejos? (CLASTRES, 2004) Mas estas são meras propostas de empreitadas para outras ocasiões. 🌀

NOTAS

*Aluno do 9º Período de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). E-mail: caioplobato@globo.com

[1] “Grupos de trabalho”, ou “GTs”, é um termo nativo referente a uma das principais formas oficializadas. Tratava-se de grupos necessariamente abertos a participação de qualquer pessoa que o desejasse, independente da relação que tivesse com o movimento. Funcionavam de forma não hierarquizada, sem facilitadores, em reuniões na praça e deliberavam sobre questões menores por consenso de todos os presentes no momento, levando questões maiores à Assembleia Geral. Voltavam-se para discussão e execução de tarefas e interesses específicos. Alguns exemplos: GT Comunicação – executava a maioria da comunicação interna – murais e informes - e externa da acampada – site e vídeos; GT Alimentação – diariamente recolhia comida, preparava almoços veganos grátis para dezenas de pessoas e organizava materiais de conscientização sobre comida vegana; GT Ação Direta – proporcionava debates sobre o conceito de ação direta e promovia tais ações pela cidade – como estêncils, grafites etc.; GT Horta Urbana – surgiu especialmente pela ações de pessoas mais envolvidas com causas ambientais e com interesse em ações diretas, agiam na recuperação e recriação dos canteiros da praça. Seu surgimento se dava de forma espontânea: normalmente o(s) interessado(s) simplesmente divulgavam uma hora de reunião e sentavam em círculo na praça com uma placa sobre o que se tratava a reunião ao centro.

[2] “Microfone humano” é uma tática ativista utilizada dentro do Ocupa. Tida por alguns como uma “tecnologia social de informação”, consistia na reprodução simultânea frase por frase por parte dos ouvintes da fala de um participante, permitindo a todos os presentes ouvi-la com clareza. Foi usada deliberadamente com esta motivação antes da aquisição de um microfone elétrico. Contudo, mesmo após a chegada deste, sua prática se manteve absoluta. À justificativa inicial, somaram-se defesas sobre o “calor humano” propiciado; a permissão ao falante de tempo para pensar; a atenção que o receptor passa a ter por necessitar repetir; a “democracia espontânea” da apreciação das falas, já que as que menos interessavam eram gradativa e espontaneamente não repetidas e tendiam a se acabar; e, supostamente, uma paradoxal economia dos tempos de fala: exigindo mais tempo para a propagação de uma mensagem devido à necessidade de sua repetição, o emissor se aterria a locuções sintéticas, diretas aos pontos debatidos. Até onde pude averiguar, tal dinâmica foi absorvida a partir das práticas do Occupy Wall Street. Exemplo em <http://www.youtube.com/watch?v=SKliZzBGimU>.

[3] Por não ter pedido autorização aos participantes, todos os nomes utilizados são fictícios, qualquer correspondência com a realidade sendo meramente uma coincidência.

[4] Constituição federal, Art. 5º, inciso XVI – “Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”.

[5] Este grupo de trabalho se organizava no sentido de fornecer consultorias e linhas de defesa legais à acampada, assim como a realização de atividades e discussões questionando o papel do Direito, do Poder Jurídico e do sistema legal. Tinha como ativistas mais atuantes estudantes de direito, alguns advogados formados e mantinha contato com advogados experientes em movimentos sociais.

[6] Curiosamente, seus medos foram confirmados alguns dias mais tarde. Um guarda municipal, cerca de 30 anos, fazendo a ronda habitual da Cinelândia foi seduzido por uma roda de violão dos acampados, se aproximou, conversou e se interessou. Acabou por voltar no fim do expediente, entrou numa barraca, retirou a farda e, pegando o violão para si, emendou algumas canções. Poucos dias depois aparecia como um participante ativo do movimento. Entre outras tarefas, afirmava fazer um trabalho de convencimento da base da G.M. para não invadir. Até

onde sei, acabou até por iniciar um namoro com uma participante do GT de Comunicação, também de cerca de 30 anos. Também de forma curiosa, esta era formada em antropologia.

[7] Se a descrição etnográfica (ou ao menos uma concepção desta) tem como um dos objetivos tentar criar meios para o leitor transportar-se imaginariamente para dentro de um universo social específico (GRAEBER, 2009), devemos tentar ao máximo constituir as ações e símbolos como permeados de uma coerência de funcionamento interna. A fuga de alguns traços a uma interpretação unitária indica que uma dada cultura não é uma unidade harmônica (e creio que nenhuma o seja), mas cingida por características que por vezes entram em conflito. Aplicando esta lógica à ocupação, diria que esta se colocava em um embate constante, quase constitutivo de seu próprio funcionamento, onde disputavam duas concepções do que se deveria entender como o político, ganhando sempre a de imanência. A transcendente era, praticamente de forma invariável, representada por recém-chegados e por indivíduos externos que faziam demandas à ocupação.

[8] Este termo é amplamente utilizado em círculos anarquistas, e foi utilizado mais comumente pelos integrantes do Ocupa que se identificavam desta forma. Para uma boa discussão sobre o termo, seus diferentes usos, diferenças para com desobediência civil, relação com práticas anarquistas e de movimentos sociais ver GRAEBER, 2009, em especial o capítulo 5.

[9] A constante mudança é demonstrativa de duas características do movimento: 1. Uma vontade constante no Ocupa de inovação, de não estagnação, de colocar-se como um experimento em novas formas de organização; 2. Que consenso se trata, essencialmente, de princípios, e não de um conjunto fixado de regras. David Graeber, antropólogo anarquista e um dos principais organizadores da etapa inicial de Occupy Wall Street, chega a conclusões muito próximas ao analisar a Ação Global dos Povos e coletivos anarquistas que funcionam via processos formais de tomada de decisão por consenso. Ver GRAEBER, 2009.

[10] O GT de Processo foi o que acompanhei de forma mais próxima. Foi proposto por C., novo-iorquino de cerca de 30 anos, na reunião logo após o início do acampamento no dia 22/10. A maioria dos participantes mais ativos estava em torno de 20 anos, mas os participantes variavam de perfil, contemplando até um senhor acima de 60 anos, servidor municipal aposentado. O GT foi estabelecido para tentar criar e propor formas de organização para a Assembleia como formas de aumentar sua eficiência e mantê-la adequada aos princípios que permeavam o movimento como auto-organização, associação voluntária, ajuda mútua e oposição a formas de autoridade coerciva. Era comum aos participantes a proclamação que o sucesso do GT seria a declaração de sua inutilidade e sua subsequente dissolução.

[11] Durante o movimento, se desenvolveram de forma consciente e discutida alguns sinais de mão para se facilitar a comunicação sem interromper o debate por ruído. A idéia e o posterior desenvolvimento foram inspirados no Occupy Wall Street.

[12] Os facilitadores eram voluntários que se apresentavam ao início de toda assembleia para ajudar no processo de produção de consenso. Era fortemente encorajado o revezamento destes para evitar concentração de poderes, não tendo uma vez sequer uma pessoa repetindo sua função enquanto tal. Normalmente, eram duas pessoas. Uma sentava-se perto do centro da reunião e redigia sua ata, tentando manter conta de tudo que foi discutido e as decisões tomadas (tarefa algumas vezes executada por mais de uma pessoa). A outra circulava no centro da reunião, muitas vezes de forma abaixada e constantemente levantando-se e se sentando, e fica responsável pela inscrição de pessoas na lista de falas, prezava por manter a ordem desta e tentava levar o grupo a manter uma direção constante na discussão.

[13] O texto pode ser encontrado em <http://www.quadradosolucos.com.br/2026/produzir-o-dissenso-na-acampada/>. Bruno, engajado no dia-a-dia do movimento, detém outros textos muito bem articulados e relevantes no mesmo site. Neste mesmo texto, creio que ele coloque pontos discordantes das minhas acepções e que valem ser conferidos.

[14] Saliento que, ao mencionar o Ocupa Rio como um grupo, o faço do ponto de vista de pesquisador. Realizo um recorte de uma comunidade de análise englobante das práticas e

interações dos participantes das atividades dentro da acampada – mesmo que o tenham feito somente uma vez. Diversos ativistas – provavelmente uma grande maioria – discordaria da possibilidade de tentar estabelecer fronteiras identitárias. Para estes, o Ocupa se aproximaria de um espaço de ativismo político resultado do encontro produtivo de movimentos, coletivos e ativistas independentes. Quando surgiram categorias de acusação que dividiam o grupo – como “os da internet” e os “acampados” – inúmeras eram as vozes a afirmar que eram todos do movimento e que este não tinha um dentro ou fora, que ele não passava de uma “rede” difusa e em constante transformação.

[15] Para Weber, o Estado é “uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. O Estado se transforma, portanto, na única fonte do ‘direito’ à violência” (WEBER, 2011, p. 56). Para tentar dar sentido à teia de significados do Ocupa, utilizo esta noção weberiana. Destaco, contudo, que não uso o conceito de política da mesma forma que o autor. Para este, “o caráter político de uma associação só pode ser definido por aquele meio [...] que não é sua propriedade exclusiva, porém constitui um elemento específico e *indispensável* de seu caráter: a coação física.” (WEBER, 2009, p. 34) Nesta visão, o Ocupa Rio não seria uma associação política, sendo apenas “politicamente orientada” e somente na medida em que tentasse expropriar do Estado sua capacidade de exercer violência. Posicionar-se desta forma seria o mesmo que descartar todas as construções nativas. Se pretendo manter-me fiel às minhas observações e levar a sério a tarefa de interpretação da teia de significados que permeia a comunidade de análise, sou obrigado a me movimentar um pouco como Clastres e perguntar em que condições o poder político é pensável. À maneira deste, devo conceber que “o poder político como coerção (ou como relação de comando-obediência) não é o modelo do poder verdadeiro, mas simplesmente um *caso particular*. [...] Não há, pois, nenhuma razão científica de privilegiar esta modalidade do poder como ponto de referência e o princípio de explicação de outras modalidades diferentes” (CLASTRES, 1974, p. 20, tradução minha). Entendo como político a esfera de atividades sociais que compreendem tentativas de controlar ou influenciar as ações de outros humanos.

[16] “Monumento Guarda Calheiros” foi a forma pelo qual ficou conhecido o respiradouro do metrô na Cinelândia, estrutura em forma de paralelepípedo retangular com cerca de 7 metros de altura. O nome, por si só, é um exemplo da descontração e possibilidade satírica dentro do Ocupa. Foi retirado de um guarda municipal que, ao fazer sua ronda habitual pela Cinelândia, foi pego de surpresa pelas centenas de pessoas e os arrastões de maracatu, leituras de poesia, performances teatrais, pintura de cartazes e as dezenas de atividades simultâneas do dia 22/10/2012. Aproximou-se dos grupos e, de forma extremamente refletida e contida, falou que a prefeitura apoiava a manifestação dos cidadãos e pediu que não afixassem os cartazes nos bancos ou nas árvores. Naquele momento ao menos, seu pedido foi acatado, com dezenas de cartazes sendo afixados no respiradouro. Futuramente, o respiradouro veio a dar lugar também ao Mural de Informações, que continha instruções sobre o que fazer em abordagem policial, trechos do artigo 5º da Constituição, representação gráfica dos sinais de mão, noções sobre “democracia real”, informe de atividades etc. O monumento torna-se extremamente significativo do movimento, já que alude à possibilidade de apropriar um grande objeto, remover seu significado original e dar-lhe nova vida, realizando-o de forma autônoma, não intermediada, onde todos simplesmente afixar o que queriam (o que não significa que discussões e pedidos de remoções de cartazes aos seus produtores não ocorressem, em especial com uso de palavras de baixo calão).

[17] Tática ativista utilizada em ações diretas ou de desobediência civil, trata-se de uma forma não violenta de ocupação de uma área onde os participantes sentam-se, normalmente dando-se os braços, e lá permanecendo até terem seus objetivos cumpridos ou serem removidos pela força.

[18] Parte da interação foi filmada, diga-se de passagem, com alguns fins irônicos, e pode ser encontrada em <http://www.youtube.com/watch?v=kokWXaUTZoE>

[19] Parte de sua fala e outras similares foram registradas em vídeo e estão disponíveis em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=OfKhomILE_k

[20] Negri dá uma rápida entrevista a um dos ativistas. Parte desta pode ser encontrada em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=IK-BTGUwWas

[21] “Nós não reivindicaremos nada, nós não demandaremos nada. Nós tomaremos, nós ocuparemos”.

REFERÊNCIAS

BEY, Hakim. **T.A.Z. The temporary autonomous zone, ontological anarchy, poetic terrorism**. New York: Autonomedia, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **Pouvoir, politique, autonomie**. In *Revue de Métaphysique et de Morale 93e Année, No. 1*. Paris: Presse Universitaires de France, 1988

CAVAS, Bruno. **Produzir o dissenso, na acampada**. Outubro de 2011. Disponível em <http://www.quadradosloucos.com.br/2026/produzir-o-dissenso-na-acampada/>

CLASTRES, Pierre. **La Société contre l'État**. Lonrai: Les Éditions de Minuit, 1974.

_____. **Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FRAVET-SAADA, Jeanne. **Être Affecté**. In *Gradhiva, Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*. 8: 3-9. Paris: 1990.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. S. ed. New York: Basic Books, 1973

GRAEBER David. **Direct Action: An Ethnography**. Oakland: Ak Press, 2009

_____. **Fragments Of An Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press., 2004

HOBBS. **Leviathan**. London: Penguin Books, 1985

TURNER, Victor. **The Ritual Process, Structure and Anti-Structure**. Ithaca: Cornell University Press, 1969

VANEIGEN, Raoul. **A arte de viver para as Novas Gerações**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade Vol.1**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2000, 2009 (reimpressão)

_____. **Política como vocação**. In *Ciência e Política Duas Vocações*. 17ª ed. São Paulo: Editora Cultrix. 2011

Recebido em 28 fevereiro de 2013

Publicado em 06 junho de 2013